

“FALAR” NA POLÍCIA: HISTÓRIA DE UMA TRAIÇÃO

Diana Andringa
(*Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra*)

RESUMO

De 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974, Portugal viveu a mais longa ditadura europeia. Durante esse tempo, milhares de militantes anti-fascistas passaram pelas prisões da polícia política onde foram, muitas vezes, torturados, a fim de revelarem o que sabiam sobre as organizações em que militavam e contribuir, assim, para o seu desmantelamento. Sujeitos à tortura, incapazes de resistir, no jargão da época, “falaram na polícia”. Para lá de dar à polícia a possibilidade de provar, em tribunal, o seu envolvimento numa organização proibida, “falar na polícia” tinha como consequências a prisão de outros militantes e o afastamento da organização. Este artigo analisa a história de um desses militantes que, preso e torturado pela polícia política, PIDE, cede e, além de confessar a sua atividade e denunciar os seus camaradas, se torna um traidor. Pretende-se identificar a forma de atuação da polícia, a estratégia dos interrogatórios, a utilização da tortura, os mecanismos psicológicos que podem ter contribuído para a reversão ideológica do preso. Procura-se assim obter respostas para a pergunta “por que razão uma pessoa se aguenta e por que razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura?”.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão, interrogatório, tortura, confissão, traição

ABSTRACT

From May 28th, 1926, to April 25th, 1974, Portugal endured Europe’s longer dictatorship. In those years, millions of anti-fascist militants passed through the political prisons, where they were tortured to reveal information about their organisations, and so contribute to their dismantlement. Many of those prisoners were unable to resist torture and – to use the jargon – “talked under interrogation”. A confession would not only make easier to prove, in court, their membership in forbidden organisations, but allow the arrest of other activists. It would also determine the banishment from the

organisation. The case of one of those militants, who, after being arrested by the political police, PIDE, yields under torture and, after confessing his activity and denouncing his comrades, becomes a traitor, is the starting point for an analysis of the interrogation methods, the use of torture, the psychological mechanisms that may have contributed to the prisoner's reversion. The author searches to obtain answers to the question "for what reason does one resist or yield under torture?"

KEYWORDS: Prison, interrogation, torture, confession, treason

“Um homem devia poder ser um homem, mesmo que não fosse capaz de resistir à tortura, mas a verdade é esta, sendo as coisas o que são, um homem deixa de ser o homem que era, que poderia vir a ser, caso vergue diante da tortura, caso denuncie os camaradas. Sendo as coisas o que são, a possibilidade de se ser homem está ligada à possibilidade da tortura, à possibilidade de vacilar sob a tortura.”

Jorge Semprun, *A Longa Viagem*.

INTRODUÇÃO

Entre os golpes militares de 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974, Portugal viveu 48 anos de ditadura. Durante esse tempo, milhares de opositoristas passaram pelas prisões do Estado Novo. Republicanos, anarquistas, comunistas de diferentes tendências, anti-fascistas e anti-colonialistas ali foram, muitas vezes, torturados, a fim de revelarem o que sabiam sobre as organizações em que militavam e contribuir, assim, para o seu desmantelamento.

Sujeitos à tortura, muitos foram os que, por vezes muito jovens ainda, incapazes de resistir, no jargão da época, “falaram” na polícia.

Para lá de dar à polícia a possibilidade de provar, em tribunal, o seu envolvimento numa organização proibida, “falar”¹ tinha para o preso duas consequências graves: a prisão de outros militantes que iriam, por sua vez, ser sujeitos à tortura, e a quebra do vínculo político, o ostracismo dos antigos “camaradas”.

Os exemplos daqueles que, isolados, humilhados, espancados, submetidos a dias seguidos de privação de sono ou de tortura da “estátua”² resistiram, não bastam para ocultar o facto de que muitos foram os que cederam a prestar declarações e carregaram, deste então, o peso desse acto.

São, no entanto, os exemplos heroicos aqueles de que recorda a memória colectiva.³ Fortemente perturbador, para o indivíduo como para a organização a que pertence, o facto de “falar” é algo que se cala mais do que se exprime. Nem por isso marca menos a vida de quem o praticou, nem por isso é menos importante saber “porque se fala” e não só “porque se resiste” – nem que seja por ser esse um factor a ter em conta para o bom funcionamento das organizações clandestinas.

Feito a partir do relato escrito de uma dessas cedências à tortura – revestindo formas de cooperação que justificaram a classificação do seu autor como “traidor” e a sua prisão, depois do 25 de Abril, pelos Serviços de Extinção da PIDE/DGS⁴ –, bem como da autocrítica posterior, este trabalho pretende contribuir para o melhor conhecimento das técnicas de interrogatório usadas pela polícia política sob o governo de Marcelo Caetano e do efeito que essas técnicas podiam ter na personalidade do preso – incluindo a sua desestruturação, e mesmo a reversão ideológica.

Que pelo meio seja aflorada a complexa teia que liga afectos e acção política é a consequência de entender que é aí, mais que em qualquer outra instância, que se decide a questão do “falar”, ou “resistir” – como sabia a polícia política ao usar, como argumento de peso, que “os outros [os amigos, os camaradas] já falaram antes de si.”

De facto, as organizações políticas clandestinas formam-se, normalmente, a partir de redes pré-existentes, laborais, associativas, de amizade ou mesmo de família, e esses laços anteriores, legais, são uma das garantias de fidelidade ao compromisso com o grupo. Por outro lado, o regime ditatorial e/ou colonial é visto como o inimigo absoluto. E enquanto se mantém essa divisão das águas, são necessários níveis extremamente elevados de violência para fazer quebrar a vontade do preso. Recorde-se como é difícil a Winston Smith, o “herói” do livro de Georges Orwell, *1984*, dizer, mesmo submetido a uma dor insuportável, o contrário do que vê...

É por isso que a polícia busca a “alma” mais do que o corpo do preso. Porque é nela que é preciso imprimir a “verdade” do poder, porque é só aniquilando-lhe a vontade que cessa a desobediência. Não basta prendê-lo, é preciso provar-lhe que, ao contrário do que pensa Júlia, a protagonista feminina de *1984*, também pode penetrar-lhe o coração. Um morto, um herói, convocam e incitam a desobediência. Um “traidor” desprestigia o seu grupo e a razão porque se bate.

Frente aos torcionários, o preso é um homem só. E sob tortura vai revelar aquilo que verdadeiramente é, não apenas intelectual como emocionalmente. A mais pequena fissura, a mais pequena contradição, podem comprometê-lo definitivamente. É essa que a polícia tenta descobrir.

A “História de uma Prisão”, que narra a traição, perante a PIDE/DGS, de um militante dos CCRM-L, Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas,⁵ ilustra claramente este combate.

1. RAZÕES PARA UM TEMA

“Falar na polícia”. O tema impôs-se-me numa tarde do Verão de 1966, a partir de um excerto de *A Longa Viagem*, de Jorge Semprun, lido alto por um amigo:

A mim próprio perguntei, naqueles dias em que o Alfredo foi preso, porque razão uma pessoa se aguenta e porque razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura. O Alfredo aguentara-se [...] Eu achava que ele se ia aguentar [...] ou então que morreria no meio das torturas. Pensava isto e tratava de ligar os elementos racionais deste pensamento, os pontos estáveis sobre que repousava essa convicção espontânea. [...]

Lembro-me desse dia de Primavera, oito meses atrás, eu estava sentado num banco com Alfredo e Eduardo. Fazia calor, estávamos ao sol, o parque estendia diante de nós os seus maciços ondulados. Falavam disto e daquilo e não sei dizer como a conversa derivou para *A Questão*.⁶ Era um livro que tínhamos lido muito atentamente, que tínhamos relido, pois era alguma coisa mais que um simples testemunho. Era para nós um livro de um grande significado prático, cheio de ensinamentos. De certo modo, um instrumento de trabalho. É de toda a vantagem compreender, com tal clareza, semelhante rigor desprovido de frases inúteis, que nos podemos aguentar sob os choques eléctricos, que podemos preservar o nosso silêncio, apesar do pentothal. Falávamos de *A Questão* de maneira prática, calmamente, era um livro que nos dizia respeito praticamente. Era um belo livro, útil, que ajudava a viver. Talvez Alfredo se tivesse lembrado desta conversa no parque cheio de sol, diante das montanhas azuis, coroadas ainda de alguns rastos de neve, em frente da paisagem severa de oliveiras e de carvalhos. Depois bebemos cerveja juntos, antes de nos separarmos. A cerveja estava fresca. Era agradável ter sede e matar a sede.” (SEMPRUN, 1964)

Também nós bebíamos cerveja, muito fria, numa das mais belas cervejarias de Lisboa. Era quase obsceno falar ali de tortura – mas também para nós ela era um tema quotidiano, algo de que era preciso falar praticamente.

Quase quarenta anos depois do derrube da ditadura, ainda não encontrei resposta para a pergunta de Semprun, “porque razão uma pessoa se aguenta e porque razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura”. Mas um dia, numa rede virtual, li uma mensagem cujo autor, ex-militante dos CCRM-L, contava que estivera preso pela PIDE/DGS, “falara”, e voltara a ser preso após o 25 de Abril, pelos Serviços de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e Legião Portuguesa, como “informador”,⁷ rótulo que recusava. Traíra, sim, e não o ocultava – mas considerava injusto o epíteto infamante.

Interessei-me pela história. Mais ainda quando li o relato escrito pelo próprio sobre os interrogatórios e a colaboração com a polícia, e a autocrítica que, em 1975, tentou enviar à direção do partido a que pertencera.

Podia tratar-se de uma simples actuação oportunista. Não escreveu Bourdieu que “a autocrítica não apaga só os erros; ela permite acumular os lucros do erro e os lucros da confissão pública” (BOURDIEU, 1998[1982], p. 206)?

Os dois textos pareciam, no entanto, contar antes a história de um homem dividido entre duas socializações, tendo a tortura pela PIDE/DGS apagado os traços da segunda socialização, política, projectando-o de novo nos valores da sua socialização primitiva – e que, após o derrube inesperado da ditadura, sentira desintegrar-se essa “sólida realidade interiorizada na primeira infância” (BERGER, 1999[1966], p.150) a que a tortura o reconduzira e reencontrara a linguagem e as reacções do grupo político a que pertencera. Um homem que, colocado na situação de duplo constrangimento, “uma situação em que, faça uma pessoa o que fizer, não pode ganhar”, (GUILLAUME) se transformou naquilo que Laing descreveu como:

um desesperado [cujá experiência] sofreu um duplo estilhaçar, havendo, por um lado, uma ruptura nas relações com o mundo que o rodeia e, por outro, uma ruptura nas suas relações consigo mesmo, que é incapaz de se sentir em harmonia com os outros ou “em casa” no mundo e tem, pelo contrário, um sentimento de solidão e de isolamento desesperantes. [Alguém] que nos diz baixinho “tudo o que vêem não sou eu” (LAING, 1970, p. 34).

Decidi, pois, analisar esta história, convencida de que, nela, se podia revelar algo daquilo que há tanto tempo, como Semprun, procurava compreender.

2. DÚVIDAS E MÉTODOS

A análise partiu assim de dois documentos, “Relatório de uma colaboração com a PIDE/DGS”, datado de Fevereiro de 1975, e “Relatório de uma militância, 70-73”, escrito entre Outubro de 75 e Outubro de 76, a que tive acesso após ter escrito ao autor, mostrando interesse pela situação que lhes dera origem.

No primeiro desses documentos, faz o autor – que designarei por José – o relato auto-crítico da sua passagem pelos cárceres da PIDE/DGS, entre 30 de Abril de 1973 e 21 de Fevereiro de 1974; no segundo, descreve o que considera os aspectos mais significativos da sua biografia, até à data da prisão, referindo ainda, na introdução, a sua detenção, à ordem dos Serviços de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, de Outubro de 74 a Março de 1976.

Entendi o uso dos dois documentos como equivalendo ao de uma autobiografia – com os riscos inerentes enquanto instrumento de

análise de factos sociais. De facto, Luciano Gallino considera a autobiografia, “quase por definição, uma narração ‘distorcida’ e parcial de dados e acontecimentos” (GALLINO, 1962), alertando para que o seu uso será tanto mais útil quanto “mais amplo e cuidadoso for o material de outra proveniência utilizado para ‘situá-lo’ e integrá-lo” e Donatella della Porta opõe à utilização de materiais autobiográficos, “escritos autonomamente para expressar os sentimentos e ideias do autor”, as “histórias de vida, baseadas em entrevistas orais, conduzidas por um investigador no âmbito de um processo de investigação”. (PORTA, 1992, p. 168-169)

O facto de terem sido escritos na época dos factos diminuía um dos problemas apontados aos documentos autobiográficos, o de “contar o passado com olhos de hoje” (GALLINO, 1962); e, se é impossível verificar a exactidão dos factos narrados em relação às torturas, foi possível fazê-lo em relação a outros aspectos, conferindo-os com antigos “camaradas” do autor. Por outro lado, a descrição dos interrogatórios feita por José, comparada com vários testemunhos recolhidos nos anos que se seguiram ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, não suscita dúvidas – até por não haver nela qualquer tentativa de empolar as torturas sofridas a limites que tornassem eventualmente “compreensível/aceitável” a “traição” por aqueles a quem a narrativa se dirigia. Não faria sentido desconfiar da veracidade de alguém que narra, não uma vitória, mas uma derrota; não um acto de resistência, mas uma *traição*.

O “Relatório de uma colaboração com a PIDE/DGS” serviu-nos de fio condutor da nossa própria narrativa, enquanto o “Relatório de uma militância, 70-73” foi um auxiliar para a melhor compreensão da personalidade e dos mecanismos psicológicos do seu autor, ajudando a compor o seu retrato.

A esses relatórios somei dois outros tipos de documentos:

— de “enquadramento histórico”, que incluem entrevistas⁸ com o antigo Director de Serviços da PIDE/DGS, Álvaro Pereira de Carvalho e diversos presos políticos, excertos de entrevistas retiradas do jornal da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AE-IST), *Diferencial*, bem como de livros relacionados com as questões aqui abordadas – a polícia política, os seus métodos, as torturas, os resultados destas;

— de “enquadramento teórico”, que incluem textos de variadas disciplinas, antropologia, sociologia, psiquiatria.

Utilizei ainda, como instrumento quer de enquadramento, quer de validação, a minha experiência de prisão pela PIDE/DGS, entre Janeiro de 1970 e Setembro de 1971. Como escreve Marc Bloch em *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*,

conscientemente ou não, é sempre às nossas experiências quotidianas que, para as matizar, onde necessário, de novas cores, vamos buscar, em última análise, os elementos que nos servem para reconstituir o passado: as próprias palavras que usamos para caracterizar es-

tados de alma desaparecidos, formas sociais desvanecidas, que sentido teriam para nós se não tivéssemos, primeiro, visto viver seres humanos? (BLOCH, 1997)

3. TEMPOS E CENÁRIOS COM PERSONAGEM NO MEIO

Embora a tortura de José tenha tido lugar em Abril/Maio de 1973, pareceu-nos indispensável ter em conta o seu percurso até à data da prisão – a sua “socialização primária” nos anos 50/60, como criança e adolescente em Vila Paiva de Andrade, Lunda Norte, na zona de concessão da Companhia dos Diamantes de Angola, Diamang, e a sua “socialização secundária” nos anos 70, no IST, em Lisboa.

No ano de 1973, Portugal vivia a segunda fase da era marcelista, em que já pouco ou nada sobejava da política de tímida abertura com que Caetano iniciara o seu mandato. Incapaz de manter, em simultâneo, uma política liberalizadora e uma guerra colonial cada vez mais abertamente contestada, tinha voltado atrás em quase todas as suas políticas de abertura, enviando para a prisão ou o exílio políticos da oposição moderada, destituindo as direcções sindicais desafectas ao regime e encerrando associações de estudantes, na sequência da crise de 1969 que, em Lisboa, tivera especial relevo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) e no IST.

Nos finais de 1972, o assassinato, por agentes da PIDE/DGS, do estudante de Direito José António Ribeiro dos Santos, durante uma reunião no ISCEF e a colocação de “gorilas”⁹ nas principais escolas de Lisboa levaram a um extremar da contestação estudantil. Nesse mesmo ano, nova legislação colocara as associações culturais sob a tutela do Ministério do Interior, marcando uma nova fase na repressão. E a Assembleia Nacional, onde o deputado Teixeira Canedo afirmara “que não se podia ter por criminosos políticos a mesma consideração que se tem por criminosos de direito comum”,¹⁰ declarou o “estado de subversão” no país, reforçando o espaço de manobra das forças policiais. (MATTOSO, 1994, p. 554)

As Universidades continuavam, no entanto, a ser pólos de liberdade de pensamento e de expressão, locais de circulação de informação e análise sobre a situação política do país.

Então estudante do IST, Carlos Pimenta¹¹ descreve assim o ambiente que ali se vivia nesses anos:

Nesse tempo as Universidades eram um dos poucos sítios onde circulavam numa forma quase livre os textos sobre a guerra de África, os textos sobre os presos políticos, etc. Nessa altura, entrar no Técnico [...] era como entrar num oásis de informação. Mesmo com os portões fechados, com o regime repressivo - mas não tão violento, na nossa escola, como era em Económicas ou Direito - era uma vivência de liberdade que não tinha par.¹²

O ambiente universitário favorecia assim uma consciencialização política que o tornava campo de recrutamento das organizações clandestinas de combate ao regime.

Parece profícuo seguir a abordagem que tende a explicar a adesão dos indivíduos às organizações políticas por referência à rede de relações a que pertencem. Muitas pesquisas demonstraram, de facto, que a disponibilidade para deixar-se recrutar deriva da proximidade estrutural e, também, da interacção afectiva com os membros de um grupo. [...] A inserção em algum tipo de rede social revelar-se-á uma condição necessária mas não suficiente para explicar a adesão a organizações clandestinas. Isso leva, então, a encarar o recrutamento como processo interactivo e adicional, implicando profundas transformações pessoais. O recrutamento de um indivíduo para uma organização clandestina deverá, pois, analisar-se em relação com o processo de construção de uma identidade colectiva. (PORTA, 1987)

José viera para Portugal fazer os dois últimos anos do ensino secundário no Liceu Camões, onde permanecera alheado do activismo estudantil. Mas, ao entrar no IST, no ano lectivo de 1969/70, é seduzido pelo brilho intelectual de alguns dirigentes: “As suas análises chegavam-me como lições magistrais que embeveciam o meu provincianismo.”

Ingressa no Movimento Associativo e faz aí a sua “socialização secundária”:

Os textos editados, principalmente os do ISCEF sob a direcção de Félix Ribeiro, e os discursos proferidos pelos líderes associativos, forneceram assim simultaneamente o fundamento da minha cultura e as bases de novos problemas filosóficos pessoais. Eram elementos profundamente dispersos e ecléticos. No entanto eles davam-me o vislumbre de uma explicação coerente da sociedade, do Homem e da Natureza, e ligavam-se a uma adesão minha entusiasmada pela fé na criação de um mundo novo de paz e justiça, pela fé na criação dum Homem novo verdadeiramente humano, e ao entusiasmo da luta por essas novas realidades.

Nascido e criado até aos 15 anos em Vila Paiva de Andrade, na Lunda Norte, pouco ou nada tinha reflectido sobre o colonialismo. Agora, sob a influência de novos amigos e leituras, vê-o de forma crítica:

O trabalho escravo nas minas de diamantes, a servidão dos assalariados negros locais, a opressão linguística, religiosa, económica, a discriminação social e racial, a brutalidade do jugo branco, o character genocida da guerra colonial, de tudo isto tomava consciência com extrema emoção.

Via agora que

a exploração das minas era feita por escravos (os “contratados”), [que] quem não trabalhava era preso e es-

pancado, [que] os negros viviam em musseques dos arredores, longe dos locais de trabalho, para onde se tinham de deslocar a pé, sem luz eléctrica nem quaisquer condições de higiene e eram reprimidos nas práticas religiosas animistas, no uso da sua língua própria, em todas as suas práticas culturais tradicionais [enquanto que os brancos] viviam em povoações limpas e cuidadas, com campos de desporto, piscinas, escolas, cinemas e bailes – tudo em regime de apartheid.

Torna-se marxista e, na Associação de Estudantes, passa a fazer alarde do seu “conhecimento pessoal dos horrores do colonialismo.”

Em 1975, preso na Penitenciária de Lisboa sob a acusação de “informador”, escreverá, no entanto, que ao optar pelo marxismo e pelo anti-colonialismo não o fez “por um amor concreto aos deserdados, por uma identificação com a sua causa”, mas sim por “considerações individualistas” como “a pureza da camaradagem associativa”, “a consciência moral” e “uma grande sedução cultural pelo marxismo”: “O fundo da minha motivação era, em resumo, o fastio pela vida burguesa e o desejo de aventura.”

Será apenas uma forma de explicar a sua cedência nos interrogatórios? Ou sequência da convicção de muitos estudantes antifascistas de que não podem ser eles os verdadeiros protagonistas da luta contra o regime, o que tão bem exprime o documento “Esboço Sociológico do Jovem Português”, apresentado ao II Congresso Republicano de Aveiro por “Um Grupo de Jovens”?:

Nos grandes acontecimentos dos últimos tempos, é a juventude, estudantil quase sempre, na verdade, que impõe os factos, realiza os processos, dinamiza as estruturas. [...] Mas não esquecendo jamais que o seu papel, o papel da juventude estudantil não é de vanguarda no sentido de chefiar as outras camadas. [...] O seu substracto social define-lhe as fronteiras, impele-a a motivações pequeno-burguesas de auto-suficiência e vanguardismo. As grandes camadas, as motivações mais imperativas, raiz e receptáculo sofredor de toda a crise nacional, são e estão nos trabalhadores São eles que processam os saltos qualitativos de progresso na luta de eficácia nos objectivos. E serão eles, aliados ao resto, isso sim, que realizarão o movimento radical do processo histórico.¹³

Ambas as hipóteses são possíveis. E é esta personagem dividida entre duas socializações e valores contraditórios que a PIDE/DGS vai prender a 30 de Abril de 1973.

4. HISTÓRIA DE UMA PRISÃO (PORTUGAL, 1973)

É já o fim da tarde quando, ao abrir a porta de casa, José depara com quatro agentes da PIDE/DGS¹⁴ a acompanhar a mãe e o irmão. Fica “com a boca seca, sem ouvir nem ver, a mexer-[se] como um autómato.”

O terror que infundia era uma das melhores armas da polícia política.

Segundo o então Director de Serviços da PIDE/DGS, Pereira de Carvalho,¹⁵ essa fama vinha dos tempos da guerra de Espanha:

[...] aquelas formas de violência, aqueles tempos da guerra de Espanha, creio que terão criado também em Portugal aquela necessidade de actuar de qualquer maneira. Eu lembro-me de conversas com antigos funcionários da polícia, em que às vezes havia a necessidade de mandar fazer uma busca e eu dizia que devia ser feito o respectivo mandado de busca, e às vezes havia um ou outro funcionário mais antigo que dizia: “Ah, para que é isso?! Nos meus tempos, a gente chegava lá e metia o pé à porta!” Ora esse passado, que ainda existia na mentalidade dos próprios funcionários, sob que forma não deveria existir no conceito, na opinião e na memória dos que foram vítimas desse “pé à porta”, dessa forma de prisão que um pouco atribulária, em que as pessoas eram metidas, com processo sumário, num barco, e depois iam parar a Timor, ou a S. Tomé ou a qualquer lado?

A guerra de Espanha, no entanto, acabara há 34 anos e a 23 de Setembro de 1969, a substituição, no cargo de Presidente do Conselho, de António de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano,¹⁶ e algumas medidas deste, como o fim da deportação em S. Tomé de Mário Soares, o regresso ao país do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, exilado, algum abrandamento da Censura e a diminuição, de seis para três meses, do prazo de detenção sem culpa formada às ordens da PIDE, tinham chegado a fazer alguns portugueses pensar que tinha chegado a “Primavera Política”. A PIDE, entretanto rebaptizada Direcção Geral de Segurança (DGS),¹⁷ encarou no entanto nos seus devidos termos a política marcelista de “evolução na continuidade”:

A respeito do novo Governo tudo continua na mesma, a não ser uma pequena liberdade de imprensa e outras coisas do género, mas sem importância;¹⁸

Acerca da PIDE tudo leva a crer, e é o que se depreende do decreto, que foi uma mudança de nome e uma modernização ao padrão internacional.¹⁹

E, de facto, a partir de 1970, voltam a crescer o número de prisões e a violência sobre os presos. A 27 de Janeiro desse ano, na sede da PIDE/DGS, o inspector Tinoco,²⁰ foi claro ao dizer a uma detida:²¹ “Lá fora pode ser a primavera política. Aqui, quem manda, é o Doutor Salazar!” E, a 30 de Abril do mesmo ano, a recém-criada²² Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP) dava provas da desilusão, na sua circular número 2:

As autoridades policiais têm nos últimos meses intensificado a sua acção repressiva, em condições que

justificam sérias apreensões. Por outro lado – por notícias, por comentários e esclarecimentos e pelo próprio tipo de intervenção policial – parece notar-se a intenção, perante a opinião pública, de transformar meras divergências de ideologia ou discordâncias de orientação política em “gravíssimos crimes contra a Nação”: tudo, por sua vez, tendente a nova intensificação da acção policial.

Procurar-se-á assim anular definitivamente o ténue clima de tolerância que chegou a esboçar-se? O que é trágico, para Portugal, é que desiludir completamente a esperança em que o povo acreditou só é possível à custa de um retrocesso e duma intensificação da repressão mais graves dos que foram usados nos piores dias.” (COMISSÃO NACIONAL, 1972, p. 22)

Uma intensificação que Pereira de Carvalho sugeriu ser uma reacção psicológica a uma situação de desprestígio e diminuição de poder que, afirmou, a PIDE amargamente sentira, após a passagem a Direcção Geral de Segurança: “Pode ser [...] que o estado psicológico dos investigadores, face a sentirem que não tinham a mesma autoridade que tinham anteriormente, os levasse a exagerar nas suas actuações.”

A 30 de Abril de 1973, enquanto os agentes lhe mostravam o mandado de captura, José preocupava-se, sobretudo, com apontamentos que trazia consigo: iniciais dos nomes dos militantes a que estava ligado e um relatório de controlo acabado de receber. Logrou desfazer-se de um molho de chaves, metendo-o num forro dum sofá, e engolir um papelinho com uma morada. Para ele, a PIDE era quase infalível: “Alguns reconhecidos heróis [...] eram apontados a dedo e a sua história contada como se de raras excepções de tratassem.”

Começa por ser levado para a sede da PIDE/DGS, em Lisboa, mas pouco depois é transportado para o Reduto Sul do Forte de Caxias, para onde, em 1971, tinham passado os interrogatórios, numa mudança que a CNSPP analisara assim:

Como é do conhecimento geral, os interrogatórios da DGS durante a Instrução do Processo foram até agora realizados na respectiva sede, em pleno Chiado, na Rua António Maria Cardoso. Esta localização, em zona citadina densamente frequentada, tornava notório o constante movimento dos carros celulares; e, pior que isso, apesar das precauções tomadas, sucedia ouvirem-se por vezes os gritos dos presos torturados, verem-se sair ambulâncias em grande velocidade dos portões que logo se fechavam, ou até acontecerem tragédias como o suicídio de um preso presenciado da então vizinha Embaixada do Brasil. [...] As novas instalações no Reduto Sul do Forte de Caxias vêm, portanto, não só dotar os serviços da DGS de um edifício

que responde ao aumento da actividade repressiva verificada nos últimos anos, como também corresponder à necessidade de isolar ainda mais os presos e esconder aos olhos do público os processos repressivos da DGS. (COMISSÃO NACIONAL, 1972, p. 183)

Deixado só, por momentos, numa sala de interrogatórios do Reduto Sul, José prepara-se para a tortura. Mas o agente que entra limita-se a pedir-lhe a identificação, Depois de fotografado, de frente e perfil, entra de novo numa carrinha blindada que, após um curto percurso, o conduz ao Depósito de Presos, no Reduto Norte. É colocado na cela 12: uma cela de isolamento, de uns 4x3 metros, com, de um lado, um armário incrustado na parede, uma mesa de mármore presa à parede e um banco de madeira e, do outro, uma cama metálica e a casa de banho, com uma janela aberta sobre a cama, de modo que a luz, que ficava sempre acesa, permitia aos guardas vigiarem o preso durante o sono. Ao fundo, em frente à porta de madeira, com postigo, ficava a janela, com duas filas de grades.

Pouco depois, um guarda traz-lhe roupa para a cama, explica-lhe o horário da cadeia e acalma-o, dizendo que ali ninguém lhe faria mal. A frase explica-se porque, se no Reduto Sul o preso estava entregue à PIDE/DGS, no Reduto Norte ficava à guarda dos Serviços Prisionais. E embora nestes houvesse elementos ligados à PIDE, a arrogância dos agentes da polícia política, bem como os efeitos da tortura que testemunhavam, levavam a que os que o não eram sublinhassem essa diferença.

Mas é no Reduto Norte que José enfrenta o início da tortura, a despersonalização: “Depois entrou um tipo à paisana. Mandou-me despir completamente e revistou tudo cuidadosamente (até o elástico das cuecas apalpou...). Depois levou-me os óculos, o cinto, as chaves e o dinheiro – e os documentos de identificação e o relógio.”

Documentos de identificação, chaves, dinheiro: o preso deixa de ter existência legal, casa, possibilidade de subsistência. A ausência de cinto, teoricamente para evitar que se enforque, perturba-lhe os movimentos. Sem relógio, sem óculos, perde a noção do tempo e da distância.

A despersonalização não fica por aí: no dia seguinte, depois de curta consulta médica, é levado ao barbeiro, que lhe corta o cabelo e o bigode. O preso não tem direito à sua imagem, aquela que construiu e escolheu para si próprio. E, como nas celas não existe espelho, não pode sequer verificar a que lhe é imposta. Com uma imagem em que se não reconhece, aproxima-se da situação do doente de esquizofrenia descrito por Laing: “*Aquilo que vêem não sou eu.*”

E começa a longa espera. José descreve assim o quotidiano prisional:

Às oito horas, às 12, às 20 e às 22, havia o “conto”. Um apito tocava no corredor, para que os presos se pusessem em sentido junto à cama. Ouvia-se depois o ruído do abrir e fechar sucessivo das portas do corredor, ruído que se ia aproximando até se abrir a minha por-

ta e um “paisano” me “contar”. Às quatro da manhã havia também um “conto”, mas esse era silencioso. [...] Às 8:15 da manhã entregavam o café. [...] Às 9:30 entregavam um pão seco. Ao meio dia era o almoço e às 18:00 o jantar. Dispunha de um garfo e de uma colher e de dois pratos e um púcaro, tudo de alumínio. [...] Como não tinha óculos, pouco via da janela. Nada tinha para ler, de modo que estas condições de privação sensorial impediam de me alhear da iminência da tortura e da sensação de derrocada, o que me condenava à angústia permanente. E depois, comecei a meditar nos dados de que a PIDE dispunha e a tentar definir as motivações da minha resistência

Tudo era manipulado pela PIDE com o fim de privar o preso de todo o contacto social e sensorial. Assim: a) celas pequenas com casa de banho, paredes nuas, mesa, cadeira e cama; b) as refeições eram de sofrível qualidade, dadas à porta a fim de evitar o contacto com o carcereiro. Para além do carcereiro que trazia as três refeições, o preso só via um agente da PIDE que a qualquer hora entrava na cela e, normalmente sem falar, fazia uma busca e saía rapidamente; c) proibição de livros, revistas e correspondência. Ao preso era unicamente dado papel e lápis e era-lhe expressamente dito que só podia escrever ao Sr. Director; d) proibição de visitas.

Durante o período de isolamento as reacções psicológicas seguiam geralmente as seguintes fases: fase de agitação, impaciência e agressividade; fase de inércia, descuido com a higiene pessoal, passividade e quebra das defesas físicas. (VASCO, 1977)

O carácter sistemático do período de isolamento afastava a hipótese de se tratar de simples “excesso de trabalho” impedindo de “atender” o preso. Numa amostra constituída por 50 ex-presos políticos, detidos em Caxias entre 1966 e 1974, o Grupo de Estudo da Tortura – formado por alguns médicos e psicólogos ligados à CNSPP – verificou que 50% dos inquiridos tinham sido sujeitos a isolamento prolongado. Um desses médicos, o psiquiatra Afonso de Albuquerque, sublinhou o peso do isolamento:

Entrevistámos também um outro grupo, constituído por 9 pessoas, todas elas presas pela PIDE, mas que poucos dias sofreram de isolamento e que não foram sujeitas a tortura. Curiosamente, nesse grupo nenhum indivíduo apresentava sequelas evidentes da prisão, nem imediatas nem tardias. Parece-nos assim haver forte indícios de que o factor stressante mais gravoso foi a tortura, se considerarmos nela incluído o isolamento prolongado. (ALBUQUERQUE, 1987)

Entre os 50, houvera quatro casos de psicoses esquizofrénicas – sendo que dois deles surgiram “nas primeiras 2-3 semanas da prisão, quan-

do os presos estavam já em isolamento mas não tendo ainda sido sujeitos a outras formas de tortura.”

O isolamento, esse estar preso sem se ser interrogado, assemelha-se à indiferença, e ameaça, como ela, a estabilidade psíquica de quem a sofre:

Sentir que outrem nos trata ou nos olha não como a uma pessoa, mas como a uma coisa não é forçosamente assustador se se tem a certeza da própria existência. Mas se o facto de ser uma coisa aos olhos de um outro não representa para o indivíduo “normal” uma ameaça catastrófica, para o esquizóide, todo o par de olhos é uma cabeça de Medusa dotada do poder de matar ou de sufocar alguma coisa, em si, simultaneamente precária e vital. (LAING, 1970)

No quarto dia da prisão, José é levado para interrogatório no Reduto Sul, numa sala equipada com duas cadeiras, uma mesa e uma máquina de escrever. Acusado de “conspirar contra a segurança do Estado”, de “procurar derrubar a Constituição vigente” e de “querer mudar a forma de Governo, por meios não consentidos”, reclama a presença de um advogado. O inspector Tinoco, responsável pelo interrogatório, responde que a legislação não permite a presença de advogado, substituível por duas testemunhas (agentes da PIDE/DGS). José argumenta a inconstitucionalidade de tal medida, o inspector parece enfurecer-se e retira-lhe a cadeira em que estava sentado:

Nessa altura entraram na sala dois pides novinhos e matulões, e eu que estava impressionado com a gritaria do Tinoco pensei que fossem para me baterem e pus-me, muito tenso, em atitude de luta (tratava-se das “testemunhas” que o Tinoco chamara pela campanha, mas não o percebi).

Depois de algumas frases do inspector a insinuar que a atitude do preso ia exigir outras medidas, a cena termina com o escrivão a perguntar de novo a José se não quer prestar declarações e, perante a confirmação, dactilografar a resposta. Pergunta, depois, se também não quer assinar o auto. José confirma. Mais tarde justificará essa dupla recusa – prestar declarações e assinar o auto que o testemunha com “a vontade de não fazer qualquer tipo de cedência”.²³

Em *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, Pacheco Pereira atribui a primazia dessa atitude a Francisco Miguel, militante do Partido Comunista Português (PCP) que, preso em Dezembro de 1939, se recusou “a fazer qualquer declaração, declinando a sua condição de comunista e negando-se a assinar qualquer documento”: “A atitude de Miguel veio a servir de padrão para a reflexão de Cunhal e dar origem, mais tarde, ao Se fores preso, camarada..., estabelecendo regras de comportamento dos comunistas presos, muito mais severas do que aquelas que existiam em movimentos revolucionários clandestinos nos outros países.” (PACHECO, 1999, p. 389)

Editado em Abril de 1947, meses depois de o Secretariado do Comité Central do PCP ter decidido a expulsão do Partido de militantes que tinham fraquejado nos interrogatórios, “Se fores preso, camarada...” é um guia para o comportamento na polícia:

[...] se conheces a experiência daqueles que já estiveram presos, ela ajudar-te-á enormemente a maneres uma moral elevada, a defenderes-te dos truques da polícia, a defrontares os processos que ela utiliza, e assim, a melhor defenderes o nosso Partido. É com o fim de te dar a experiência do nosso Partido, de te auxiliar para o caso de seres preso, que este folheto é escrito. Lê-o atentamente. Se fores preso, camarada, o que nele se diz e agora vais ler te ajudará então. (SE FORES PRESO, CAMARADA..., 1947)

Eram estes os conselhos para “O Primeiro Interrogatório”:

É duma grande importância o primeiro interrogatório. Ele muitas vezes decide do comportamento dos militantes e da sua defesa. Em geral (ainda que isso varie, segundo os casos, maior ou menor responsabilidade, circunstância da prisão, etc) a polícia procura, logo no primeiro interrogatório tirar o máximo do preso, aproveitar a surpresa e o choque da prisão, vencê-lo, subjugar-lo, não lhe dar tempo a pensar e a architectar uma defesa. A polícia procura isto para ficar com o preso na mão. O primeiro interrogatório é a primeira grande medição de forças entre o comunista preso e a polícia fascista. Do resultado dependem muito os futuros interrogatórios.

Por vezes, [...] a polícia parece já saber o que pergunta. Os polícias dizem às vezes: “Eu já sei. Mas quero ouvir da tua boca.” Mas o que tu deves pensar, camarada, é que se a polícia estivesse certa do que pergunta, não insistiria tanto. Tu não lhe deves dar a confirmação do que porém ela supõe. Não o faças, camarada. E a partir do interrogatório pensa assim: Eu quero ser e hei-de ser digno do meu nome de comunista e da confiança que em mim depositam.

Alterado em sucessivas edições, criticado pelos grupos da extrema-esquerda, que criavam o seu próprio “guia de acção”, o “Se fores preso, camarada...” foi, ainda assim, a matriz onde se forjaram os comportamentos face à polícia das diversas organizações. Aliás, os ensinamentos contidos nos parágrafos acabados de citar não estão longe de outros que constituíam também fontes de inspiração dos revolucionários, como este texto de Victor Serge:

EM CASO DE PRISÃO

Guardar em absoluto todo o sangue-frio. Nem se deixar intimidar nem provocar.

Não responder em nenhum interrogatório sem ser assistido por um defensor e só depois da entrevista com este último, que deve ser, tanto quanto possível, um camarada de partido. Ou, na sua falta, sem ter maduramente reflectido. Todos os jornais revolucionários traziam outrora, em grandes caracteres, esta recomendação invariável: “Camaradas, não façam depoimentos! Não digam nada!”

Em princípio: não dizer nada.

Dar explicações é perigoso: o militante está nas mãos de profissionais hábeis em tirar partido da menor palavra. Toda a “explicação” lhes fornece uma rica documentação.

Mentir é extremamente perigoso: porque é difícil construir um sistema sem falhas muito aparentes. É quase impossível improvisar.

Não tentar jogar ao mais fino: a desproporção de forças é muito grande.

Os reincidentes inscrevem nas paredes das prisões esta recomendação enérgica, que o revolucionário pode tomar em seu proveito:

“Não confessem nunca!” [...]” (SERGE, 1971, p. 84)

Para o inspector da PIDE/DGS Pereira de Carvalho, a atitude de absoluto silêncio tomada pelos presos justificava a existência de tortura:

Esse “Se fores preso, camarada...” é muito responsável por alguma forma de violência, porque uma das coisas de que a Polícia tinha um perfeito conhecimento – perfeito e exacto conhecimento – é que o indivíduo elemento do Partido Comunista que era preso ia perfeitamente mentalizado para resistir a interrogatórios, a negar-se a dar qualquer resposta e pronto para sofrer todas as violências. E quando era tratado com a dignidade de outra pessoa qualquer, ficava embaraçado e apenas tinha uma solução: remeter-se a silêncio absoluto. Se lhe perguntassem a idade, se lhe perguntassem se era do Sporting ou do Benfica, recusava-se à mesma a responder, porque isso era estabelecer um princípio de diálogo.²⁴

Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca referem que Winston Churchill proibiu os diplomatas ingleses de ouvir as propostas de paz que os emissários alemães lhes pudessem transmitir, e lembram que “escutar alguém, é mostrar-se disposto a admitir eventualmente o seu ponto de vista”(PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1992)...

A PIDE/DGS, segundo Pereira de Carvalho, treinara-se para recorrer ao diálogo: “Muitos investigadores estavam perfeitamente capazes de estabelecer uma conversa, um diálogo com o preso, e, se não de o levar

à confissão, o levar pelo menos a trocar ideias, a trocar impressões e a falar, sem ser necessário o emprego de formas violentas.”

E outro inspector da mesma polícia, Fernando Gouveia,²⁵ escreveu:

Nunca estudámos psicologia, mas é certo que o nosso trabalho, baseado sempre no estudo da maneira de ser de cada detido, era efectuado durante longos períodos de conversação, sem abordar, sequer ao de leve, a actividade de que era acusado.

Geralmente encaminhava-se a conversa no sentido de o detido nos ir dando conhecimento de quantas pessoas se compunha a sua família, se era casado, se tinha filhos, quantos, as suas idades, se estudavam, etc. Depois, quais as condições de trabalho onde auferia os meios de subsistência; se era o único a ganhar lá em casa; quanto ganhava e quanto pagava de renda de casa; qual o género das suas distrações; se gostava de futebol e caso afirmativo qual o clube da sua simpatia. Enfim, toda esta conversa, com o ar mais natural, por forma que o detido se sentisse como se estivesse sentado à mesa de um café ou junto ao balcão de uma taberna, se fosse caso de tratar-se de um prosélito de Baco.

Estudando a sua forma de responder, o nosso ouvido ia-se habituando ao seu tom de voz natural, o que nos permitia, depois, perceber quando mentia, no decorrer já do interrogatório, ao declarar-se inocente ou quando pretendia apresentar qualquer versão diferente dos factos. (GOUVEIA, 1979)

Por psicologia ou pela violência, o importante era que os presos não deixassem de falar, visto que a prova de pertença a uma organização ilegal era feita pelos depoimentos concordantes dos membros da mesma célula:

Daí a necessidade absoluta que tinha a polícia, quando organizava os seus processos, de através das declarações simultâneas de vários indivíduos pertencentes ao mesmo núcleo de organização, a coincidência das afirmações, a coincidência dos actos e tarefas, das datas, isso vir a constituir a prova, perante o tribunal, de que estavam organizados – e estavam organizados como membros do Partido Comunista. Uma prova obrigatoriamente constituída desta maneira deforma a acção policial. Não havia qualquer apoio legal para instruir um processo de outra maneira, quer dizer, de maneira de fazer prova. Era apenas esta, as declarações conjuntas dos arguidos e, portanto, tinham que falar!²⁶

José resistira ao primeiro embate. Mas, de novo no isolamento, pensava quase continuamente nos diversos documentos que lhe tinham sido apanhados:

Era a consciência disto tudo que me perseguia naquela pequena cela n.º 12, em Caxias. A ela e à pers-

pectiva da tortura, eram coisas a que não podia fugir; nenhum meio me era fornecido para escapar a esta contenção psicológica. E depois eu estava convencido que a tortura seria horrorosa...

Detida por um longo período em isolamento numa cela escura, no campo de Ravensbruck, a militante comunista Margarete Buber-Neumann adverte, no seu livro dedicado à memória da jornalista checa Milena Jesenská: “Não há nada mais perigoso que se pôr a martelar na nossa cabeça, sem descanso, a preocupação com o que será o nosso destino, não pensar senão no nosso sofrimento, lamentar-se sobre a nossa sorte.” (BUBER-NEUMANN, 1986[1977])

Na cela de Caxias, para lá do cinto e dos óculos, faltava-lhe também o tabaco e, durante muitos dias, papel higiénico e sabão; na casa de banho, o termo-acumulador desregulado impedia o uso de água quente e uma avaria no autoclismo provocava mau cheiro na cela, dia a dia mais suja:

Tudo isto se somava ao desânimo da evidência da derrocada da minha obra política, ao sentimento da inutilidade do meu sacrifício, e ao terror tremendo da tortura iminente... desgastando-me lentamente.

Aqui contei minuto a minuto, hora a hora, dia a dia, que me viessem buscar. Dezassete dias de angústia e medo!...

É exactamente a criação dessa angústia que a polícia procura pelo isolamento. Privado da presença dos “camaradas”, da sua linguagem, do sonho comum, o preso vai ficando, só, em frente das memórias negativas. Por vezes, a expectativa da polícia falha: assim, um dirigente estudantil preso nas lutas de 1962, ao alucinar pela privação do sono, “ouve” uma manifestação exigindo a sua libertação – e encontrou forças para resistir. Mas, significando a prisão, desde logo, uma derrota – normalmente a seguir-se a outras prisões e cedências durante os interrogatórios –, mais natural é que o preso se concentre, mesmo contra a vontade, no que correu mal:

Dantes não perdia tempo a repensar nessas coisas e a meditar nos acontecimentos, nas deliberações, e nas atitudes que assumira ou deixara de assumir. [...] Na cadeia, porém, o caso mudara de figura. Tivera tempo para tudo e para repisar o passado e voltar a repisá-lo. Bem se capacitava que era inútil esse jogo da memória, esse brinquedo de cabra cega em que o pensamento patinhava contra a sua própria vontade. Mas ali, na quase permanente ociosidade [...] não podia catalogar os pensamentos, ordená-los, como toda a vida fizera. Eles entravam pelas fendas da porta, pelas grades do postigo, vinham com as poeiras e com o tédio. Introduziam-se-lhe nos poros, embalavam-na enquanto dormia, misturavam-se com o gosto do tabaco e não lhe servia de nada tentar reagir, porque eles,

silenciosos, faziam-lhe carreiro no cérebro, como as formigas, e voltavam sempre, sempre, sempre. (PAÇO D'ARCOS, 1964)

Três semanas depois da detenção, José foi de novo chamado a interrogatórios:

No dia 21, à hora de jantar, abriu-se a porta da cela e o guarda disse-me que ia “à polícia”. Comecei imediatamente a tremer e a boca ficou-me seca. Percorri o corredor e descí as escadas, procurando respirar fundo para me acalmar. Entrei para a carrinha e recomecei a tremer. Pus os músculos tensos para disfarçar a tremura, mas não consegui mais do que transformá-la em espasmos musculares.

A primeira abordagem, no entanto, é de um homem grisalho que, pondo-lhe a mão no ombro, lhe pergunta em tom amigável se está disposto “a despachar o assunto”. Como José responde que não presta declarações, sai. Sem palavras, entra outro agente, que fica a guardá-lo.

Na sua segura, na sua quase exasperante monotonia, as descrições de interrogatórios fazem-nos, por vezes, esquecer que tudo neles funciona como forma de pressão: Possuir um território é ter um dos componentes essenciais da vida; quem não o possui encontra-se numa das situações mais precárias que é possível conceber.” (HALL, 1994, p. 57, 64-65)

Nos interrogatórios, o preso não detinha qualquer controlo sobre o local em que se encontrava e sobre aqueles que nele entravam e saíam, tal como não a tinha sobre a alimentação, servida quando aos interrogadores aprouvesse, ou com o sono, que deixava de poder corresponder ao seu ciclo biológico.

Nessa noite, dois agentes revezaram-se para o impedir de dormir. De manhã, o que o guardava foi substituído por outro, que anunciou “vir dar-lhe uns conselhos”:

“Você – continuou ele – como foi preso em casa, é por que já estava referenciado²⁷ aqui na polícia.” Fez uma pausa para deixar a notícia fazer efeito e repetiu: “É por que já estava referenciado!... E prosseguiu, aconselhando-me a expor “a minha defesa” quando o “chefe” me viesse ver, de modo a “despachar-me”.

Era uma das técnicas policiais referidas em “Se fores preso, camarada...”:

Nem sempre a polícia se mostra com o seu aspecto brutal e criminoso. Por vezes, os agentes adoptam o processo de “tratar bem”, falando com uma aparente consideração, não tratando por tu, mostrando respeito, dando em voz alta instruções aos subalternos para tratarem bem o preso, interessando-se pela sua vida, dizendo que não lhe querem mal, que tudo se

pode resolver facilmente, etc. Representam tão bem o seu papel que muitos camaradas têm caído no logro e têm ficado com a ideia de que “afinal a polícia não é tão má como dizem” (SE FORES PRESO, CAMARADA..., 1947).

Como José não se mostrasse sensível a esta técnica, o agente passou ao que Victor Serge chamou “ameaça semipaternal: ‘Isso custar-lhe-á caro!’” (SERGE, 1971, p. 85): “Você não sai daqui enquanto não esclarecer o que tem para esclarecer. Vai estragar a sua saúde, e mesmo que depois regresses à cela, volta outra vez aqui, por que nós não temos pressa e temos muito tempo.”

A ameaça de privação do sono, sempre repetida nos interrogatórios, era tanto mais eficaz na criação de terror quanto se sabia ser a tortura mais usada pela polícia política portuguesa.

O inquérito feito pelo Grupo de Estudo da Tortura mostrou que a privação do sono foi usada em 96% dos casos, seguida pelo espancamento (46%), a tortura da “estátua”(38%); os Insultos/Chantagens (30%), as variações de temperatura (8%), o uso de altifalantes com gravações (8%) e os choques eléctricos com um agulhão para gado (4%) (ALBUQUERQUE, 1987).

A meio da manhã, o agente foi substituído por outros três, um dos quais “alto, com um bigode fino e o cabelo grisalho bem penteado, com um aspecto aristocrático, era o subinspetor Capela²⁸”. José volta a recusar prestar declarações. Os três homens saem, e regressa o agente anterior, perguntando “que tal tinha corrido a conversa com o chefe”. Perante o silêncio de José, cala-se e limita-se a guardá-lo.

Era dia da visita semanal da família e, depois do almoço, veio um agente barbeá-lo com uma máquina eléctrica. E foi dizendo: “Uma noite sem dormir não custa muito, pois não? O pior é daqui a dias...”

Acabada a visita, de meia hora, José voltou à cela. Às 22h30, a luz foi apagada. Adormeceu. Pouco depois o guarda acordou-o para ir à polícia: “O sono e o medo eram tais que me levantei completamente atordado e com a cabeça parada. Vesti-me mecanicamente, desci as escadas e entrei na carrinha; tremia incontroladamente e não conseguia pensar, nem dominar o medo.”

Na sala de interrogatórios, entre dois agentes, a falta de óculos perturba-o. A ausência de lentes leva o míope a não distinguir bem os traços do seu interlocutor, nem sequer a distância a que se encontra – e essa incapacidade para reconhecer a linguagem não verbal do outro aumenta, naturalmente, a tensão e o terror do preso: “O desconforto de não os ter é maior que a necessidade que temos deles. Cria-nos a sensação de estarmos indefesos, de desamparo. Uma sensação de inferioridade.”²⁹

Um dos agentes começa a esbofeteá-lo, enquanto repete que, enquanto ele ali estava a sofrer, os chefes estavam descansados em Paris, e o acusa de traiçoar os pais, fazendo política em vez de estudar:

Não sentia dor nenhuma. Só senti dores depois de me ter descontraído e começado a falar. Era um efeito psicológico, de submissão, como as palmatoadas ou as chapadas de um professor. Era, sobretudo, o efeito da pancada associada à fala. Falavam ininterruptamente enquanto batiam. O efeito essencial que tinha era fazer-me fixar bem o que estavam a dizer. Não era um bater com cólera. Não era uma agressão, não era bater para magoar – era para realçar o que estavam a dizer. Para impôr respeito.³⁰

Freud insistait sur l'origine acoustique du surmoi. Pour l'enfant, la première approche du langage consiste bien à saisir celui-ci comme le modèle de ce qui se pose comme préexistant, comme renvoyant à tout le domaine de ce qui est déjà là, voix familiale qui charrie la tradition, où il est déjà question de l'enfant sous l'espèce de son nom et où il doit s'insérer avant même de comprendre. D'une certaine façon, cette voix dispose même de toutes les dimensions du langage organisé: car elle désigne le bon objet comme tel, ou au contraire les objets inerojetés; elle signifie quelque chose, à savoir tous les concepts et classes qui structurent le domaine de la préexistence [...] Elle est bien la voix de Dieu comme surmoi, celle qui interdit sans qu'on sache ce qui est interdit, puisqu'on ne l'apprendra que par la sanction. (DELEUZE, 1969)

Esbofetear é, também, uma forma ritual de humilhação. Se “qualquer forma de afronta física implica uma afronta à honra, uma vez que a ‘esfera ideal’ à volta da honra de uma pessoa foi profanada [...] a bofetada ritual na cara permaneceu a forma de desafio em matérias de honra”. (PITT-RIVERS, 1988, p. 17)

Aterrado, José estava “incapaz de reagir criticamente ao que ele dizia, incapaz de pensar e de os agredir ou de me defender.” Quando o agente lhe apagou três fósforos nas costas da mão, o terror aumentou.. Seguiu-se a tortura da estátua: um agente manda-o pôr-se em sentido, olhando a parede: “E dava-me pontapés nos tornozelos ‘para eu os juntar’, dizia, e puxava-me pelas orelhas dizendo ‘Para ali!’, apontando para o ponto da parede que eu devia olhar.”

Depois, um dos agentes manda-o despir o *pullover*, enquanto o outro o manda vesti-lo, batendo-lhe à vez por desobedecer. É a técnica de “*double bind*”:

Uma pessoa apanhada numa situação de duplo constrangimento – uma situação em que, faça a pessoa o que fizer, não pode ganhar – pode desenvolver sintomas esquizofrénicos. No duplo constrangimento há dois níveis de comunicação em conflito e uma injunção contra comentar o conflito. (GUILLAUME)

Ao fim de algum tempo, os agentes saíram, não sem antes deixar a ameaça de duas semanas de privação de sono e estátua. “Ali assim em sentido, algumas horas depois já não conseguia manter-me quieto. Comecei a apoiar-me primeiro numa perna, depois noutra. O pido que me guardava começou a ameaçar-me de chamar os outros.”

Os efeitos da privação do sono manifestam-se desde as 24 horas e variam consoante os indivíduos. Se as alucinações só costumam ocorrer a partir do terceiro dia, verificam-se desde cedo perturbações de humor, irritabilidade e irascibilidade acrescidas, alternâncias rápidas de euforia e de depressão e, por vezes, indiferença ao ambiente, com o desejo de estar só. Mais: verifica-se uma instabilidade psicomotora, em que a pessoa não consegue estar imóvel e sente a necessidade de se mexer, mudar de lugar e de posição, tendo assim dificuldade em fixar a atenção.³¹ A tortura do sono e a da estátua reforçam-se assim mutuamente.

José não consegue deixar de pensar nas palavras do agente. Na manhã seguinte, comunica ao agente e ao vigia que quer falar:

Foi um dique que se rompeu. Nunca tinha posto a hipótese de falar, porque via tudo de um ponto de vista ideológico, exterior. Eu era um instrumento da causa, nunca pensei que falasse. Os interrogatórios da PIDE obrigaram-me a centrar-me em mim próprio. Estou preso, estou sózinho, tenho grande necessidade de apoio e, pela primeira vez em muitos anos, sou levado a pensar nas opções que se me colocam como pessoa.³²

Deixam-no sentar-se e devolvem-lhe os óculos e o tabaco. José anuncia a sua decisão de falar e abandonar para sempre a política: “Como eu tinha uma visão formal do ‘falar’ ou ‘não falar’, em vez de ser movido pelo amor ao povo, não concebia meio termo na cedência; o decidir falar era uma opção por uma vida totalmente diferente, por isso não havia que me refrear, pensava eu.”

O Grupo Sobre a Tortura verificou, no grupo estudado e como consequências imediatas da tortura, alucinações/delírio (76%), perdas do conhecimento (15%), edemas dos membros inferiores (10%), tentativas de suicídio (6%), com ausência de perturbações em apenas 8%; e, como consequências a médio e longo prazo, perturbações da memória (16%), depressão (16%), insónias (8%), psicoses esquizofrénicas (8%, quatro casos) e outras (como ansiedade, cefaleias, gaguez, dificuldades sexuais, etc.) em 30% dos inquiridos. Afonso de Albuquerque não hesita em falar, como “efeitos cerebrais do isolamento, da privação do sono e da fadiga “ de “delírios paranóides” e “estado verdadeiramente psicótico”:

A privação sensorial, mesmo em situações confortáveis, pode só por si provocar alterações da memória, da concentração e do pensamento, e estas por sua vez tornam *mais difícil ao indivíduo manejar o stress*,

desenvolvendo-se assim um processo de feedback (informação retroactiva) que produz mais stress. O mesmo sucede com a privação do sono, que mesmo em condições de segurança, em laboratório, desencadeia com frequência alucinações auditivas e visuais, delírios paranóides, intensa angústia e estados de desorientação em relação à pessoa, ao local e ao tempo.

Se lhe juntarmos, como no caso destes presos, a despersonalização, o “fazer de estátua”, os espancamentos, a alimentação deficiente, as ameaças, as manipulações de temperatura, etc., que são todos poderosos agentes stressores, fica explicado o estado verdadeiramente psicótico que a maioria dos presos rapidamente experimentou e justifico o facto de que uma considerável minoria tenha ficado afectada, provavelmente para toda a vida. (ALBUQUERQUE, 1987)

E, a propósito de quatro casos de esquizofrenia, desencadeados pouco depois da prisão, escreve:

[...] fica pelo menos a impressão que foi o stress provocado pela prisão, adicionado ao isolamento e à tortura do sono, que funcionou como factor, se não causal, pelo menos desencadeante do surto esquizofrénico, em indivíduos com possível predisposição biogenética para essa doença. (ALBUQUERQUE, 1987)

Poderá ser essa a explicação para a súbita passagem de José da resistência à cedência e mesmo à colaboração, parecendo ter substituído a sua dependência dos responsáveis da sua “socialização secundária” pela dependência dos agentes da PIDE, que lhe apresentavam valores próximos daqueles que lhe tinham sido inculcados na “socialização primária” (BERGER; LUCKMAN, 1999)?

O certo é que, quando os agentes lhe dão papel e caneta para que escreva a sua confissão, José começa por identificar os nomes correspondentes às iniciais constantes de um dos papéis que lhe fora apreendido. O agente rasga o papel, exigindo um relatório das suas actividades. José obedece. E, novamente ameaçado, escreve mesmo “sobre coisas que já não respeitavam às minhas actividades, como a correspondência entre as tendências associativas e os grupos partidários, e caracterizei uma série de indivíduos que eu conhecia do meio estudantil e com os quais me relacionava.”

Fala agora ininterruptamente com os agentes: “Sentia a necessidade de vaziar a ansiedade acumulada, e de estabelecer laços humanos com alguém – e só os pides ali estavam.”

O que reforça a hipótese de ter sido vítima de uma divisão do eu que lhe permitia agora, e nas suas próprias palavras, reagir à derrota que o desonrara³³ não com cólera ou vergonha, mas antes com alívio, como o esquizóide que Ronald Laing descreve, toda a vida dividido “entre o desejo de se entregar e o desejo de se esconder.” (LAING, 1970)

“Quando se tornaram amistosos, começo o processo de aproximação. De os ouvir e de assimilar tudo o que têm para me dizer. Procuo passar para aquele mundo, dar o salto do rio.”³⁴

O que recorda o que se passou com os soldados norte-americanos na Coreia:

Os relatórios da guerra da Coreia sobre o comportamento dos prisioneiros americanos mostraram a sua grande vulnerabilidade psíquica. As instruções simples do tipo “Digam-lhes o vosso nome, patente, número e nada mais” não serviam de nada. Uma grande parte dos americanos falou demais. [...] Muitos deles tinham sido levados a pensar que os comunistas os tratariam muito mal e deixavam de resistir quando, ocasionalmente, eram “bem” tratados. [...] As estruturas culturais que cimentavam a sua vida desmoronaram-se sob a pressão que os comunistas habilmente exerciam. (HALL, 1994, p. 74-75)

Pode-se, com efeito, tentar obter o mesmo resultado, seja pelo recurso à violência ou pelo recurso visando a adesão dos espíritos. É em função dessa alternativa que se concebe mais claramente a oposição entre liberdade espiritual e constrangimento. O uso da argumentação implica que se renunciou a recorrer unicamente à força, que se preza a adesão do interlocutor, obtida com o auxílio de uma persuasão raciocinada, que não se trata o interlocutor como objecto, antes se faz apelo à sua liberdade de julgamento. O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunhão de espíritos que, enquanto dura, exclui a violência.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1992, p. 73)

A meio da noite de 24 para 25 de Maio, José regressa à sua cela. Tinham passado pouco mais de 72 horas desde que fora levado para interrogatórios. Não voltará atrás sobre a sua decisão de falar. Ele, que defendera “uma posição muito dura e totalmente intransigente face às fraquezas perante a PIDE, considerando que todos aqueles que tivessem feito delações deveriam ser irreversivelmente afastados de qualquer movimento associativo, por mais básico que fosse”, admite, na sua autocrítica de 1975, ter sido essa posição a não lhe permitir recuar “na medida em que após ter fraquejado me considereei completa e definitivamente liquidado para o movimento popular – e, nessa medida, não se me justificava que ainda tentasse resistir.”

Na situação de duplo constrangimento em que se encontra, escolhe aquilo que parece poder libertá-lo da dor imediata. Da dor da tortura, mas também da de saber que traíra e comprometera, para sempre, a sua ligação com o grupo em que se inseria. Pior: consigo mesmo: “Eu não aceitava a contradição; não sabia lidar com uma coisa dessas – era-me insuportável. Tornei-me ‘coerente’ do outro lado.”³⁵

Na descrição que faz do seu comportamento na polícia, em 1975, José fala de “reversão ideológica”. Mas tratar-se-á de uma “reversão”, fruto desse “eu dividido” precipitado pelo *stress* do isolamento e da tortura, ou é a sua frágil socialização política que, sob o efeito desses factores, se esboça, deixando o campo livre aos valores da socialização primária, de uma infância de privilegiado no universo de uma companhia colonial, em que a natureza do regime nunca o incomodou?

A verdade é que me conseguiram contrapor uma outra ideologia política estruturada que aceitei. A razão imediata é a de que esqueci o raciocínio comunista e passei a vê-lo como uma verdade subjectiva, que não era a minha identidade, que me fora imposta, com que me intoxicara e que de repente passei a ver fora de mim; isto aconteceu-me desde que me dispusera a falar.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos”, em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15)

A experiência acumulada ensinara a PIDE a procurar os pontos fracos das suas vítimas:

No estado de destruição, de sentimento de desprotecção em que estava, esta reconciliação com o meio social de origem e com a família [...] oferecia-me um refúgio. Era como o filho pródigo que volta ao bom caminho traçado pelos pais e sente com isso todo o alívio da reconciliação e o calor da protecção familiar. E assim, naqueles dias 23 e 24 de Maio, a PIDE, o meu meio social de origem, e a minha família surgiam-me fundidos num todo; ofereciam-me afectividade em troca de uma adesão ideológica.

Era muito mais que “falar na polícia”. Era uma reversão que o levava a querer aproximar-se dos seus captores – a quem vai contar muito mais do que aquilo que lhe perguntam. Tornara-se, para todos os efeitos,

um “traidor”. Tem agora um novo guia, o chefe de brigada que o prendeu. O mecanismo psicológico é conhecido:

Certos jovens manifestam frequentemente, de maneira patética, o sentimento de que não podem ser salvos senão pela fusão com um Chefe³⁶ [...] No estado de vacuidade afectiva e moral que acompanha de facto toda crise da legitimidade política, o recurso ao Salvador parece depender, bem autenticamente, desse mesmo tipo de mecanismo psíquico que, nas incertezas da contestação adolescente, conduz a esse apelo “patético” a um novo mestre, a um novo tutor, a um novo guia. (GIRARDET, 1987)

Na prisão de Caxias, em regime de isolamento, José continua a encher a PIDE/DGS de informações supérfluas, que os agentes nem sequer lhe pedem:

Evoca-se muito [‘a fidelidade a si próprio’] a propósito de mudanças históricas: pessoas que se nutriram de determinadas ideias, determinadas crenças, e mudaram; os outros designam-nas com uma ponta de desprezo: ‘Viraram a casaca...verdadeiros camaleões.’ É um pouco simples demais, porque por vezes, para se ser fiel ‘a si mesmo’ é preciso trair-se, desviar-se do caminho, romper com ele sem razão. A razão recupera-se depois, é fácil, por construções a-posteriori, que mostram aliás uma estranha fidelidade ao domínio tirânico da razão.” (SIBONY, 1992)

Julgado a 19 de Fevereiro de 1974, José assumiu ter sido membro dos CCRML até à prisão, e acrescentou: “Quero ainda declarar que não voltarei a exercer quaisquer actividades contra a segurança do Estado.”³⁷ Condenado a 22 meses de prisão, “*por ter confessado os factos e mostrado vontade de se reintegrar na sociedade*”³⁸, saiu em liberdade.

Dois meses depois dava-se o 25 de Abril. Em Outubro, José é detido pelo Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS. É então que envia aos antigos camaradas o relatório sobre a sua traição, pedindo que “a justiça popular seja objectiva e sem liberalismo!”

CONCLUSÕES

Ao entrar numa organização, o militante clandestino perde o seu nome, pelo uso obrigatório de um pseudónimo. E essa perda imposta pela necessidade cria uma divisão entre aquele que age com o seu nome próprio e aquele que age com o nome falso. Divisão que se pode exprimir com a pergunta: “Aquilo que diz e faz aquele que usa o meu pseudónimo é o mesmo que digo e faço eu, com este nome que uso desde que nasci?”

Criado em ambiente fechado, onde todas as crianças e famílias se conheciam e funcionavam como se de uma grande família se tratasse (com

os seus ódios, mas também as suas cumplicidades), José é, em Portugal, um desenraizado. Sem amigos, sem família, oscilando entre os valores em que foi criado e os do novo Mundo em que se encontra, vive uma crise de identidade que o deixa disponível para substituir as imagens parentais que recusa. Os dirigentes associativos, os líderes dos CCRM-L, vão servir essa substituição: “[...] A selecção de indivíduos significativos pode ocorrer no contexto das virtualidades evidentes, como a escolaridade ou a selecção profissional, assim como na filiação religiosa e ideológica [...]” (ERIKSON, 1972)

Mas essa imagem exige muitíssimo dos escolhidos:

[...] tendo tomado o lugar, desempenhando o papel de um pai perdido ou repudiado – os sentimentos de respeito e de devotamento que se dirigem ao personagem heroificado vão em primeiro lugar, neste caso, para o Protector: a ele o encargo de apaziguar, de restaurar a confiança, de restabelecer uma segurança comprometida; a ele também a tarefa de fazer frente às ameaças de uma desgraça. (GIRARDET, 1987)

Se esse herói, posto ele próprio em risco, parte para o exílio, se não protege – com os seus bons métodos, os seus conselhos, a sua vigilância – os seus seguidores, se não lhes evita a prisão e a tortura, se a meditação causada pelo isolamento aumenta ainda o número e a importância das suas falhas, se a cada momento a sua “deserção” dos deveres de salvador é glosada por quem tortura os que abandonou, está criado o cenário para a segunda morte do pai e o investimento em nova imagem parental. Que pode bem ser o que tortura – e detém o poder de suspender a tortura. O chefe da brigada que o prendeu e interrogou, mas por quem só sente “gratidão”: “Finalmente ele libertara-me daquilo! Não só dos interrogatórios, mas de muitos anos de auto-abdicação, de sacrifícios, que terminaram. É como o filho que sai de casa, faz uns disparates, parte uns vidros, vai para a esquadra, o pai vai buscá-lo, dá-lhe uns tabefes, mas... volta para casa. E pensa: safei-me de boa.”³⁹

Como se, traíndo, tivesse finalmente voltado a ser fiel a si próprio. Como se a traição tivesse fechado a solução de continuidade entre José e o seu pseudónimo.

O caso de José é um caso limite, que não permite considerá-lo a única resposta à pergunta de Semprun, *porque razão uma pessoa se aguenta e porque razão se não aguenta diante da polícia, durante a tortura*. Mas sublinha a necessidade de atenção para a relação do preso consigo mesmo e com a organização. E a reflectir sobre a violência da rejeição.

Porque, como escreve Sibony, “se rejeitamos [o traidor] com tanta violência, é porque ele é o símbolo de tudo que em nós pode ‘trair-nos’, escapar-nos: simboliza as rupturas de fidelidade que nos ultrapassam (e que tentamos, rejeitando-o, reintegrar).” (SIBONY, 1992)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS

GALLINO, Luciano. Sull'uso delle autobiografie come strumenti d'indagine. *Quaderni di sociologia*, 11:64-75, 1962.

GUILLAUME, Patrice. The double bind: the intimate tie between behavior and communication.

MANCONI, Luigi. Il nemico assoluto. Antifascismo e contropotere nella fase aurorale del terrorismo di sinistra. *Polis*, II, 1988.

NOVARO, Claudio. Reti amicali e lotta armata. *Polis*, II, 1988.

PASSERINI, Luisa. Ferite della memoria. Immaginario e ideologia in una storia recente. *Rivista di storia contemporanea*, 17, 1988.

_____. Sette punti sulla memoria per l'interpretazione delle fonti orali. *Itália Contemporanea*, Junho 1981.

PORTA, Donatella della. Gli Incentivi alla militanza nelle organizzazioni clandestine di sinistra. *Polis*, II, Agosto 1988.

_____. I militanti della organizzazioni terroriste di sinistra in Italia. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, XVII, n. 1, Abril de 1987.

_____. Storie di vita e movimenti collettivi. Una tecnica per lo studio delle motivaizoni della militanza política. *Rassegna Italiana di Sociologia*, XVIII, n. 4, Ott.-Dic. de 1987.

QUINTAIS, Luís. Memória e Trauma numa unidade psiquiátrica. *Análise Social* 151/152, Lisboa, Janeiro a Março de 2000.

REFE, Marco. Colpire a tradimento!. *Gomorra*, Junho 2000.

VALATX, Jean Louis, http://sommeil.univ-lyon1.fr/articles/valatx/mh_88/effets.html.

DOCUMENTOS

Relatório de uma colaboração com a PIDE/DGS ("José")

Relatório de uma militância, 70-73 ("José")

Se fores preso , camarada...", Editorial Avante!, 1947

LIVROS

II CONGRESSO Republicano de Aveiro, Teses e Documentos. vol. II. Lisboa: Seara Nova, 1969.

ALBUQUERQUE, Afonso. *Stress – Causas, Prevenção e Controlo – um guia prático, Informação e Saúde*. Lisboa: Texto Editora, 1987.

ALLEG, Henri. *La Question*. Paris: Les Éditions de Minuit, Paris, 1961.

APPELBAUM, Uyehara, et al. *Trauma and Memory* Londres: Oxford, 1997.

- ARENDRT, Hannah, *On violence*, A Harvest Book, Harcourt Brace & Company, San Diego, New York, London 1970
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Col. Saber Mais. Lisboa: Dinalivro, Lisboa, 1999 (1996).
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. "Références" Histoire, Paris: Armand Colin, 1997 (1993).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico: Memória e Sociedade*, Diffel, Lisboa, 1989.
- _____. *O que falar quer dizer*. Algés: Diffel, Março 1998.
- BUBER-NEUMANN, Margarete. *Milena*, Fiction&Cie. Paris: Seuil, 1986.
- CALDEIRA, Alfredo; CARVALHO, A. A. Santos. Epílogo. In: DELGADO, Humberto. *A Tirania Portuguesa* (Organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- CARDOSO, Pedro. *As Informações em Portugal*, "Nação e Defesa". Lisboa: IDN, 1980.
- COMISSÃO NACIONAL de Socorro aos Presos Políticos. *Presos Políticos/documentos 1970-71*. Porto: Afrontamento, Março/Abril de 72.
- DELEUZE, Gilles. *La logique du sens*. Collection Critique. Paris: Les éditions de Minuit, 1969
- ERIKSON, Erik H.. *Identidade, Juventude e Crise*. Ciências da Educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GODINHO, Paula. *Memórias da resistência rural no Sul – Couço (1958- 1962)*. UNL- FCSH-Antropologia, 1998 (exemplar policopiado).
- GOFFMAN, Erving. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Antropos. Santa Maria da Feira: Relógio d'Água, 1993.
- GOUVEIA, Fernando. *Memórias de um inspector da P.I.D.E.* "1. A Organização Clandestina do P.C.P.". Lisboa: Delraux, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*, Albin Michel, Paris, 1994
- _____. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.
- HALL, Edward T.. *A Dimensão Oculta*. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.
- _____. *A Linguagem Silenciosa*. Antropos. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1994.

LAING, Ronald. *Le moi divisé*. Londres: Stock, 1970.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim. *Cela 27*. Lisboa: Guimarães Editores, 1964.

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*, vol.1 – “Daniel”, o Jovem Revolucionário. Sacavém: Temas e Debates, 1999.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie, *Traité de l'Argumentation*, Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1992.

PITT-RIVERS, Julian, Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, J. G.; _____. (eds.). *Honra e Vergonha – Valores das Sociedades Mediterrânicas*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

PORTA, Donatella della. *Life histories in the Analysis of Social Movement Activists: Studying Collective Action*. London: Sage, 1992.

REPÓRTER SOMBRA. *Dossier Pide: os horrores e crimes de uma “polícia”*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1974

SERGE, Victor. *Sobre a Repressão*. Lisboa: Cadernos Maria da Fonte, 1971.

SIBONY, Daniel. Le partage des eaux. In: *La Fidélité*, Morales, Autrement, Paris, 1992.

VASCO, Nuno. *Vigidos e perseguidos – Documentos secretos da PIDE/DGS, Realidade e Denúncia*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

WINNICOTT, Donald. *Processus de maturation de l'enfant*. Paris: Payot, Paris, 1980.

YAGUELLO, Marina. *Alice no País da Linguagem*. Lisboa: Imprensa Universitária, Ed. Estampa, 1991.

PUBLICAÇÕES

Diferencial, jornal da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Junho de 97.

Histoires de Vie - Approche Pluridisciplinaire – Recherche et travaux, Neuchâtel, Éd. de l'Institut d'Ethnologie, Paris, Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

Libro Anual de Psicoanálisis (1986) Ediciones Psicoanalíticas Imago S.R.L., Peru

REGISTOS MAGNÉTICOS

ANDRINGA, Diana, “Geração de 60”, RTP2, 1992.

Recebido para publicação em 29/04/2013

Aprovado em 30/07/2013

NOTAS

1 “Falar” era revelar à polícia dados sobre a organização e/ ou os elementos que a ela pertenciam.

2 Dava-se o nome de tortura da “estátua” àquela em que o preso era obrigado a manter-se durante largas horas de pé, sem se mover, por vezes também com os braços levantados.

3 “Os homens que não pedissem à memória mais que o iluminar da sua acção imediata, e para os quais o prazer puro e simples de evocar o passado não existisse, porque este teria, aos seus olhos, as mesmas cores que o presente, ou, simplesmente, por serem incapazes de o fazer, não teriam nenhum sentido da continuidade social. É por isso que a sociedade obriga os homens, de tempos a tempos, não só a reproduzir em pensamento os acontecimentos anteriores da sua vida, mas ainda a retocá-los, amputá-los, completá-los, de modo a que, apesar de convencidos de que as nossas recordações são exactas, lhes comunicamos um prestígio que a realidade não possuía.” (HALBWACHS, 1994, p. 113)

4 A polícia política portuguesa, Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), rebaptizada Direcção Geral de Segurança (DGS) no governo de Marcelo Caetano.

5 Os CCRM-L eram um dos grupos provenientes das sucessivas cisões daquilo que começou por ser a FAP – Frente de Acção Popular, ela mesma uma cisão do PCP, protagonizada por Francisco Martins Rodrigues, Rui d’Espina y e João Pulido Valente – e veio a tornar-se o Comité Marxista-Leninista Português.

6 Henri Alleg. *A Questão* narra a tortura a que o seu autor, jornalista e membro do Partido Comunista Argelino, foi submetido, em Junho de 1957, por elementos da 10ª Divisão de Paraquedistas, e a forma como resistiu, nomeadamente à administração de “soro da verdade” – Pentothal.

7 “Informador” – aquele que, por sua livre iniciativa e com ou sem retribuição financeira, presta à polícia informações sobre actividades ou elementos daqueles que ela persegue.

8 Realizadas pela autora em 1989/1990.

9 Nome dado pelos estudantes aos “seguranças” recrutados entre antigos combatentes das tropas de elite e colocados nas principais Faculdades de Lisboa por iniciativa do ministro da Educação da época, Veiga Simão.

10 Citação do “Diário Popular” retirada da Circular n.º 15, de 17 de Abril de 1972, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, “Presos Políticos”, CNSPP, Porto, 1972.

11 Engenheiro, ecologista, exerceu funções de Governo como Secretário de Estado do Ambiente. Foi também deputado do PSD à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu.

12 *Diferencial*, jornal da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, Junho de 97.

13 II Congresso Republicano de Aveiro, Teses e Documentos, Vol.II, Seara Nova, Lisboa, 1969

14 Criada durante a ditadura de Sidónio, a 29/4/1918, com o nome de Polícia Preventiva, a polícia política foi mantida após o golpe de 28 de Maio de 26. Em 1933 institucionalizou-se sob o controlo directo do Ministério do Interior, com o nome de Polícia de Vigilância e Defesa de Estado (PVDE). Em 1945, o Decreto n.º 35046, de 22 de Outubro, criava a *Polícia Internacional e de Defesa do Estado*, PIDE, com estatuto de polícia judiciária para a repressão e prevenção dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, na dependência do Ministério do Interior. Sinais dos tempos e da vitória dos aliados? No preâmbulo deste decreto chamava-se a atenção para o facto de nele se preconizar *um sistema semelhante ao adoptado na Inglaterra*, onde idênticas funções eram exercidas por um ramo especial com autonomia do departamento de investigação criminal, vulgarmente conhecido por Scotland Yard, ramo especial esse que também dependia do Ministério do Interior.” Em 24 de Novembro de 69, passou a intitular-se Direcção-Geral de Segurança – mas continuou conhecida como PIDE/DGS. (Dados recolhidos em “As Informações em Portugal”, de Pedro Cardoso, “Nação e Defesa”, IDN, Lisboa, 1980.)

15 Álvaro Augusto das Neves Pereira de Carvalho. Vindo da GNR, entrou para a PIDE a 2.4.56, como inspector. Em 1962 subiu a inspector-adjunto, em 1969 a subdirector. A

25.4.74 era director de serviços. Entrevista concedida à autora, para a série “Geração de 60”, RTP, em finais de 1989.

16 Professor da Faculdade de Direito de Lisboa que, reitor da Universidade Clássica durante a crise estudantil de 1962, se demitira em protesto pela entrada da Polícia de Choque no recinto da Universidade

17 A 24 de Novembro de 1969.

18 “Carta que a dupla Barbieri Cardoso/ Pereira de Carvalho, endereça, sob o pseudónimo ‘PP’ ao informador ‘Oliveira’ (Mário de Carvalho), em Roma.”, in Caldeira, Alfredo e Carvalho, A A Santos, “Epílogo”, em Delgado, Humberto, *A Tirania Portuguesa* (Organização, compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco), Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

19 “Carta que a PIDE envia ao seu informador Mário de Carvalho, em 2 de Dezembro de 1969, sobre a alteração da sua designação para DGS”, *idem.*

20 Adelino da Silva Tinoco entrou para a PIDE em 1945, como aspirante, subindo pouco depois a agente auxiliar. Agente de 2ª classe em 48, de 1ª em 53, chefe de brigada em 60, subinspector em 64, inspector em 67 e inspector-adjunto em 73.

21 Diana Andringa.

22 A 15 de Novembro de 1969, tendo entregue o documento da sua constituição na Presidência do Conselho, a 31.12.69.

23 Conversa informal a 11.6.2000.

24 Entrevista concedida à autora, para a série “Geração de 60”, RTP, em finais de 1989.

25 Fernando de Sousa de Araújo Gouveia. Ingressou como agente na Polícia de Informação do Ministério do Interior em 1929, sendo depois admitido na PIDE como agente de 1ª classe. Foi sub-inspector em 49, inspector em 62, inspector-adjunto em 1973 e era, à data do 25 de Abril, “Técnico Superior”.

26 Excerto da entrevista gravada em finais de 1989 para a série da RTP, “Geração de 60”.

27 “Referenciado” significa “já assinalado”, caso em que, sem o saber, cada contacto seu podia estar sob vigilância; mais: numa polícia que “não investigava para prender, mas prendia para investigar” (frase que ouvimos atribuída a um dos mais conhecidos subdirectores da PIDE, Sachetti) significava, quase sempre, uma denúncia anterior. Qualquer das coisas abalava, naturalmente, o espírito do preso.

28 António Capela. Entrou para a PIDE, como agente auxiliar, em 18.6.51, subindo no ano seguinte a agente de 2ª, em 60 a agente de 1ª, em 65 a chefe de brigada e, em 73, a subinspector.

29 Declarações recolhidas em 11.6.2000.

30 Declarações recolhidas em 11.6.2000.

31 Disponível em: http://sommeil.univ-lyon1.fr/articles/valatx/mh_88/effets.html

32 Declarações recolhidas em 11.6.2000.

33 “A dupla natureza da honra como honra a que se aspira e honra que é reconhecida pelos outros reflecte a dualidade: aspiração a desempenhar certo papel na vida social e satisfação dessa aspiração. *Ser desonrado é ter essa aspiração rejeitada pelos outros.* A “sou quem sou” responde-se “tu não és quem pensas que és” (PITT-RIVERS, 1988, p. 55).

34 Declarações recolhidas em 11.6.2000.

35 Declarações recolhidas em 11.6.2000.

36 Erikson, Erik, apud Girardet, Raoul, *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

37 “Plenário de Lisboa”. *Diário de Lisboa*, 20.2.1974.

38 “Três condenações com pena suspensa no Plenário”. *República*, 22.2.1974.

39 Declarações recolhidas a 11.6.2000.